



## CONTRATO de Aquisição de produtos de padaria e pastelaria para o 1º semestre de 2018

Entre

O Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara, com sede na Rua Alto de Barreiros, 790 – 4510-485 Fânzeres, pessoa coletiva nº 600075478, legalmente representada pela Suzana Teresa Teixeira Neves Ferreira Sistelo, com o cartão de cidadão n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de diretora a qual tem poderes para outorgar o presente contrato, como Primeiro Outorgante.

E

MARIA MANUELA AZEVEDO – UNIPESSOAL, LDA, com sede na Rua Eduardo Castro Gandra, , n.º 1342, 4510-259 São Pedro da Cova, pessoa coletiva nº 513069429, representada por Maria Manuela da Silva Martins Azevedo, portador do cartão do cidadão n.º \_\_\_\_\_ na qualidade de representante legal, os quais têm plenos poderes para outorgar o presente contrato conforme documento junto ao processo, doravante designado por Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1ª

#### Objeto

1 - O presente contrato tem por objeto o fornecimento, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, de artigos de padaria e pastelaria.

2 – O presente contrato terá início em 01 janeiro de 2018 e termo a 30 de junho de 2018.

### Cláusula 2ª

#### Local da Prestação dos Serviços

O fornecimento dos produtos objeto deste contrato será efetuado nos estabelecimentos que compõem este agrupamento de escolas, reservando-se, ao primeiro outorgante, o direito de solicitar ao segundo outorgante, o impedimento de entrada na escola de pessoas (transportadoras dos bens objeto de contrato), a quem não seja reconhecida idoneidade suficiente para poder transitar em meio escolar.

**Cláusula 3ª****Prazo da prestação dos serviços**

O fornecimento dos produtos será executado nos termos definidos na proposta de fornecimento entregue.

**Cláusula 4ª****Preço e Condições de Pagamento**

1 - O encargo máximo total é estimado em 4.991,00 (quatro mil, novecentos e noventa e um euros), acrescido de IVA à taxa em vigor.

2 - O pagamento das faturas será efectuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.

**Cláusula 5ª****Penalidades**

No caso de incumprimento das obrigações fixadas neste contrato e por causa imputável ao segundo outorgante, poderá ser aplicada uma penalização de 5% da faturação mensal.

**Cláusula 6ª****Casos fortuitos ou de força maior**

1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas neste contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

**Cláusula 7ª****Rescisão do contrato**

1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2 - O primeiro outorgante pode rescindir o contrato, desde que, para o efeito, comunique o facto ao segundo outorgante por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 30 dias.



### Cláusula 8ª

#### Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Gondomar

### Cláusula 9ª

#### Prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato a proposta de preços apresentada pelo segundo outorgante.
2. Em caso de dúvidas, prevalece o texto do presente contrato, seguido da proposta do Segundo Outorgante.

### Cláusula 10ª

#### Disposições Finais

1 – Os pagamentos ao abrigo do presente contrato são efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento de despesa pública.

2 - O presente contrato é isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as sucessivas alterações.

3 – Os encargos deste contrato foram autorizados em reunião de Conselho Administrativo de 09 de Janeiro e têm cabimento no orçamento da Ação Social Escolar e do Conselho Administrativo deste Agrupamento de Escolas.

4 – O presente contrato é elaborado em duplicado, destinando-se um exemplar para cada uma das partes, sendo constituído por 03 (três) páginas, sendo a última assinada e as demais rubricadas por cada um dos outorgantes.

Depois do segundo outorgante ter feito prova, com documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º, do Dec. Lei 278/2009 de 2 de outubro, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes.

Fânzeres, 12 de janeiro de 2018

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,